

Agricultura praticada por cidadãos e o processo de urbanização: uma análise sobre o contexto europeu

Agriculture practiced by city dwellers and the urbanization process: an analysis on the european context

La agricultura practicada por ciudadanos y el proceso de urbanización: un análisis sobre el contexto europeo



Claudinei Silva Pereira

Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, São Paulo, Brasil

claudinei.kau@gmail.com



Antonio Nivaldo Hespanhol

Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, São Paulo, Brasil

nhespanhol@gmail.com

Resumo O cultivo de alimentos em espaços urbanos é uma prática comum desde o início das cidades, quando era elementar a divisão técnica e social do trabalho. A produção de alimentos em quintais e nas proximidades das residências dos cidadãos se constituía num importante fator de segurança alimentar. Após a primeira revolução industrial, acirraram-se as disputas pelo uso do espaço urbano, com a perda da importância do cultivo de alimentos nas cidades. Este artigo tem como objetivo compreender a agricultura praticada nas cidades e seus arrabaldes no contexto europeu, de modo a entender suas finalidades e relações com o mercado de trabalho e o abastecimento alimentar ao longo do tempo. São evidenciadas as mudanças decorrentes da ampliação do processo de urbanização, assim como as relações existentes entre agricultura e morfologia urbana. As transformações estruturais da economia capitalista, a partir do século XIX, culminaram na redução ou desaparecimento da agricultura urbana em determinadas áreas nas principais cidades europeias, resultando na constituição de um mercado alimentar especializado, cujo abastecimento é realizado por comerciantes que adquirem víveres produzidos em áreas cada vez mais distantes do consumidor final.

Palavras-Chave: Agricultura urbana, Segurança alimentar, Morfologia urbana.

Abstract The cultivation of food in urban space has been a common practice since the beginning of cities, when the technical and social division of labor was elementary. The production of food in backyards and near people's homes was an important factor in food security. After the First Industrial Revolution, disputes over the use of urban space was intensified, with the subsequent reduction of the importance of food cultivation in the cities. This article main purpose is to provide an understanding of the agriculture practiced in cities and their surroundings in the European context, in order to understand their purposes and relations with the labor market and food supply over time. Changes resulting from the expansion of the urbanization process are evident, as well as the existing relationships between agriculture and urban morphology. The structural transformations of the capitalist economy, starting in the 19th century, culminated in the reduction or disappearance of urban agriculture in certain areas of the main European cities, resulting in the constitution of a specialized food market, whose supply is carried out by merchants who purchase food produced in areas that are increasingly distant from the final consumer.

Keywords: Urban agriculture, Food security, Urban morphology.

Resumen El cultivo de alimentos en espacios urbanos es una práctica común desde el inicio de las ciudades, cuando aún era elemental la división técnica y social del trabajo. La producción de alimentos en patios y en las cercanías de las casas de los ciudadanos se constituía en un importante factor de seguridad alimentaria. Después de la primera revolución industrial, se intensificaron las disputas por el uso del espacio urbano, con la pérdida de importancia del cultivo de alimentos en las ciudades. Este artículo tiene como principal objetivo comprender la agricultura practicada en las ciudades y sus arrabaldes en el contexto europeo, a modo de entender sus finalidades y relaciones con el mercado de trabajo y el abastecimiento alimentario a lo largo del tiempo. Se ponen en evidencia los cambios derivados de la ampliación del proceso de urbanización, así como también de las relaciones existentes entre agricultura y morfología urbana. Las transformaciones estructurales de la economía capitalista, a partir del siglo XIX, culminaron en la reducción o desaparición de la agricultura urbana en determinadas áreas de las principales ciudades europeas, resultando en la constitución de un mercado alimentario especializado, cuyo abastecimiento es realizado por comerciantes que adquieren víveres producidos en áreas cada vez más distantes del consumidor final.

Palabras Claves: Agricultura urbana, Seguridad alimentaria, Morfología urbana.

Introdução

A agricultura urbana ou praticada nos arrabaldes das cidades remonta aos primórdios da formação de núcleos urbanos e esteve associada à segurança alimentar e à baixa divisão técnica, social e territorial do trabalho. Isso corrobora o entendimento de que campo e cidade são espaços indissociáveis (LE GOFF, 1998).

A morfologia urbana apresentou mudanças significativas ao longo do processo de urbanização na Europa, com especificidade nos países da porção Ocidental, foco analítico neste texto. As muralhas que circundavam as cidades do Velho Continente tinham a função de segurança e delimitavam os espaços da cidade e do campo. Elas foram importantes para o entendimento das possíveis áreas onde os cidadãos desenvolviam a agricultura (CAPEL, 2002; MUMFORD, 2008).

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada para analisarmos como a agricultura esteve inserida no tecido urbano ou foi praticada pelos cidadãos no decorrer da urbanização europeia, com ênfase no período moderno e transição para o contemporâneo, destacando suas finalidades e como se vinculava com a morfologia urbana. Além da introdução e das considerações finais, o texto está dividido em dois itens. No primeiro, tratamos da relação entre economia rural e urbana, demonstrando que a agricultura praticada na cidade ou por seus habitantes não é um fenômeno recente, pelo contrário, constituiu uma de suas dimensões ao longo do tempo. No segundo, analisamos as mudanças estruturais provocadas pelo capitalismo, nas suas diferentes fases, e seus rebatimentos na morfologia urbana e no mercado de trabalho. O aprofundamento da divisão técnica, social e territorial do trabalho, além de provocar a redução da prática agrícola nas cidades, resultou no estabelecimento de áreas agrícolas especializadas e na regularização do abastecimento alimentar urbano - via mercado especializado-, isto é, a constituição de agentes comerciais responsáveis pelo

comércio internacional de alimentos, ampliando os fluxos materiais e as escalas geográficas. Distintos agentes econômicos interagem num processo amplo e complexo, tendo numa vertente os produtores agropecuários e noutra os comerciantes que conectam os espaços de produção intercontinentais aos consumidores finais nas urbes europeias.

As relações entre economia rural e urbana e o processo de urbanização

A agricultura e a formação dos primeiros aglomerados que deram origem às aldeias e possivelmente às cidades em diversos casos, considerando os pressupostos analisados por Mumford (2008), estão vinculadas à domesticação de plantas, animais e mudanças no comportamento humano ao tornarem-se sedentários, numa perspectiva marcada pela complexidade nas relações entre sociedade e natureza, isto é, a produção de novas dinâmicas geográficas geradoras de diferenciação ecológica e social. Contudo, segundo Graeber e Wengrow (2022), povos nômades desenvolveram formas de agriculturas sazonais, enquanto outros por escolhas relacionadas a concepções de modos de viver, isto é, políticas, permaneceram como caçadores-coletores, mesmo conhecendo povos que praticavam a agricultura. Houve escolhas para adoção de determinadas formas de trabalho em relação a outras. Destacam que algumas urbes nos primórdios da urbanização não se caracterizavam por estruturas políticas e administrativas hierarquizadas, ou seja, em classes sociais.

Sposito (2018, p. 14-15) destaca que a diferenciação social se acentua na cidade, marcada pela maior complexidade de organização social em relação ao campo devido à divisão social do trabalho. Com os avanços das técnicas de cultivo e a seleção de espécies, a agricultura teve papel importante ao possibilitar que maior contingente da população se dedicasse a atividades não agrícolas. Nas primeiras formas de divisão técnica e social

do trabalho, o excedente alimentar foi importante para a complexidade social, política e na constituição de uma estrutura de classes (MUMFORD, 2008; MAZOYER; ROUDART, 2010).

Com o advento de um conjunto de novas atividades e da produção de um tipo de espaço caracterizado pelo adensamento de construções para diferentes finalidades (habitacional, religiosa, produtiva, lazer), foi necessário erguer muralhas no entorno das urbes para protegê-las contra invasões. Essas estruturas militares perduraram por vários séculos, desde a Antiguidade até fins da Idade Moderna, moldando e condicionando a morfologia urbana (BENEVOLO, 2001; CAPEL, 2002).

A muralha foi, como elemento físico, um dos primeiros componentes a delimitar os espaços de uso predominantemente urbano e os de uso rural. Contudo, mesmo considerando a forma urbana (adensada), o fator segurança requeria que a produção de alimentos fosse realizada dentro das áreas amuralhadas, a fim de garantir a provisão alimentar para a população, por exemplo, nos períodos de guerra, quando as cidades poderiam ficar sitiadas. A organização militar exerceu influência sobre o desenvolvimento urbano, ou, de forma mais restrita, sobre a morfologia da cidade (CAPEL, 2002).

Ao discorrer sobre as formas e modelos das cidades na Antiguidade, numa escala geográfica que abrangia as urbes para além do contexto europeu, Mumford (2008) relata que os primeiros núcleos urbanos se caracterizavam por sua reduzida dimensão, comparados com a magnitude das cidades atuais e suas atividades. O autor destaca a presença de atividades agrícolas e pecuárias como componente que se inseria nas dinâmicas produtivas e sociais nos espaços urbanos.

Agricultura praticada por cidadãos e o processo de urbanização: uma análise sobre o contexto europeu

Claudinei da Silva

Antonio Nivaldo Hespanhol

Mesmo num ponto avançado de seu crescimento, porém, sabemos que havia campos abertos dentro das muralhas da Babilônia; e uma grande parte dos antigos habitantes das antigas cidades trabalhava nos campos e jardins, do lado de fora, como ainda faziam em muitas pequenas cidades gregas e italianas. Esses “jardins de alocação” agrícolas devem ter sido conservados dentro das muralhas por muito tempo, já que os jardins e o gado constituíam um seguro contra a fome, no decorrer de um prolongado sítio (MUMFORD, 2008, p. 89).

Como um elemento da morfologia urbana, as muralhas representavam segurança e, de forma indireta, delimitavam os campos e as cidades. Elas foram uma marca que perdurou até o século XIX em algumas urbes europeias (LE GOFF, 1998; CAPEL, 2002).

No espaço contornado pela muralha coexistiam diferentes formas de produção voltadas ao abastecimento interno: 1) no interior da aglomeração, espaços não edificados eram utilizados como pequenas áreas agrícolas e de criação de animais de pequeno porte, com a finalidade de autoabastecimento da família; 2) nos espaços exteriores às construções, mas ainda dentro da área cercada, a agricultura era praticada pelos cidadãos que proviam a alimentação no caso de a cidade ser sitiada; 3) nos campos propriamente ditos, a produção agrícola e a pecuária eram realizadas por camponeses e cidadãos, sendo os excedentes direcionados ao comércio na cidade. As edificações não preenchiam todo o espaço circundado pelas muralhas para permitir a movimentação de tropas e a instalação de estruturas de defesa. Em tempos de paz, essas áreas tornaram-se propícias para o cultivo, notadamente os de ciclo curto, assim como para a criação de animais (BRAUDEL, 1970; MUMFORD, 2008). Práticas agrícolas no espaço urbano vinculavam-se ao autoconsumo e às estratégias militares com finalidade de gerar suprimentos no contexto das guerras.

As áreas cercadas pelas muralhas sempre foram maiores do que os espaços efetivamente construídos das cidades e, quando havia necessidade de expansão, novas muralhas eram levantadas, circundando aquela já totalmente ocupada. Devido aos elevados custos e à demanda de mão de

obra, uma nova muralha era erguida quando o interior da antiga estivesse quase totalmente ocupado (BENEVOLO, 2001). Nesse processo, a agricultura praticada no interior da muralha passava por mudanças ao longo do tempo: primeiramente, deslocando-se devido à substituição nos usos da terra, de agrícola para fins urbanos, variando os produtos cultivados. Optava-se por cultivos de ciclos curtos para elevar a efetividade do uso das terras e a garantia de segurança alimentar nas urbes europeias.

Na Alta Idade Média, logo após a queda do Império Romano, ocorreu na Europa, como indica Benevolo (2001), a ruralização da população que vivia nas pequenas e até nas cidades maiores, resultando na redução da população urbana, com a dispersão para os campos. As diferenças de densidade e mesmo complexidade nas relações sociais entre esses espaços se tornaram menores. As estruturas dos poderes econômico e político foram transferidas da cidade para o campo, mais precisamente sob a conformação do Regime Feudal em consolidação, no qual autoridades do regime requeriam da população urbana pagamento de tributos. A cidade se manteve cercada, em função da segurança, podendo ser um abrigo esporádico para camponeses, pois “pontilhada de portas, a muralha isola o espaço urbano no plano material, assegura sua defesa e permite o controle da circulação com o exterior. Em horas determinadas, à tarde e pela manhã, a cidade se fecha atrás de suas muralhas” (LE GOFF, 1998, p. 16).

A formação de uma área de cultivo ao redor das cidades, o cinturão verde, foi desde os primórdios da urbanização um aspecto inerente ao conjunto de atividades desenvolvidas por seus habitantes, devido não só à baixa especialização exigida da mão de obra, mas também à pequena dimensão territorial urbana, que permitia ao cidadão deslocar-se a pé até os campos de cultivo, indicando ter sido a prática da agricultura um componente das cidades europeias desde as suas origens. Interagem de forma processual as relações sociais vinculadas à promoção de meios de abastecimento alimentar e a restrita divisão social e territorial do trabalho,

isto é, a escala geográfica entre as áreas de produção e consumo era de forma predominante no âmbito local.

Embora objeto técnico-militar e símbolo de divisão entre as terras abertas e as protegidas contra os ataques, a muralha não se caracterizava como uma estrutura que separava por completo as atividades urbanas daquelas executadas nas áreas rurais. Contudo, no que concerne à morfologia era notória as diferenças, pois as principais atividades no campo, por sua própria característica, exigem áreas extensivas para agricultura e pecuária, em oposição à cidade, que devido ser fundamentada no artesanato e no comércio causa maior densidade construtiva, exemplo a verticalização, e demográfica (SPOSITO, 2018). Cidade e campo formavam espaços complementares, e a interação entre as dinâmicas do urbano e do rural ocorria no mercado, um dos locais de encontro em tempos de paz (MUMFORD, 2008).

A cidade por representar uma forma espacial, cultura organizacional e produtiva, não se opôs de forma absoluta a outras expressões produtivas e organizacionais existentes nos espaços rurais. Os sujeitos produtores das cidades, com o passar do tempo, foram diversificando suas lógicas de atuação, e certos componentes que estavam presentes nas urbes passaram a ter menor expressividade, tal como, os jardins de recreação que eram significativos na Antiguidade foram reduzidos ou desapareceram na Idade Média.

Carlos (2013) afirma que a cidade por ser construída e moldada social e historicamente apresenta um conjunto de transformações e disputas pelo uso do solo, pois é relação sociedade-espaço, desde as atividades mais imediatas até os espaços direcionados às classes privilegiadas, refletindo as desigualdades.

No regime feudal, as deficiências na provisão de alimentos e o desabastecimento eram constantes nas cidades. Por ser a terra a centralidade do poder econômico/político, os feudos, praticamente

autossustentáveis no que concerne a alimentos e demais artigos necessários, produziam reduzidos excedentes alimentares comercializáveis. Além disso, as longas distâncias, as precárias condições das estradas e dos meios de transportes restringiam as possibilidades de comercialização dos excedentes nas cidades. Conseqüentemente, o mercado era restrito nesse período, comprometendo a circulação de capitais na forma de mercadorias. Os fluxos de mercadorias alimentícias se efetivavam predominantemente na escala geográfica local. Quando havia comercialização de produtos, parte era mediante a troca por outros (escambo), devido à escassez no uso da moeda metálica como meio de pagamento (HUBERMAN, 1986).

A organização urbana que perdurou na Europa na maior parte da Idade Média evidenciou recuo nas dimensões das cidades e de suas funções, quando comparadas à monumentalidade que algumas cidades adquiriram na Antiguidade, por exemplo, Babilônia, Cairo, Atenas e Roma. O resultado desse longo processo de perda da importância da cidade como difusora de novos valores e invenções foi, de certa forma, a expansão de atividades agrícolas e pecuárias no interior dos núcleos urbanos.

Os melhoramentos agrícolas e encantos rurais foram transportados do campo para o coração da cidade: testemunha disso são os jardins internos, os espaços abertos cultivados e até mesmo os campos comuns, dentro ou imediatamente fora dos muros. A cidade medieval típica, excluindo as poucas metrópoles exageradamente crescidas da Itália, que estavam longe de ser típicas, não se achava meramente no campo, mas era do campo (MUMFORD, 2008, p. 313).

A presença da agricultura na cidade, ao longo da Idade Média, indica que sua função inicial na Antiguidade – a garantia de sobrevivência alimentar nos períodos de sítio prolongado – manteve-se. No entanto, além de visarem ao abastecimento em tempos de guerra, os cultivos agrícolas e a criação de animais se tornaram elementos da dinâmica social, um aspecto intrínseco à vida produtiva na cidade, com influência até nos tipos de moradias urbanas adaptadas para manter os animais utilizados nas atividades laborais (CAPEL,

2005).

A título de ilustração, no século XIV, segundo Braudel (1970), os cidadãos ingleses eram obrigados, por lei, a participar da colheita no campo, revelando que, na maioria das cidades, o mercado de trabalho ligado a atividades tipicamente urbanas era escasso.

A existência, no interior da cidade, de espaços integrados às residências e nas adjacências não edificadas, dentro das muralhas, indica que os cultivos domésticos eram praticados como meio de complementação da alimentação familiar e parcela dos cidadãos direcionava-se aos campos próximos para as atividades agrícolas de modo frequente e/ou excepcionalmente. Para Mumford (2008, p. 345) “Não ocorria apenas ser a cidade por trás dos muros suficientemente pequena para ter pronto acesso à terra aberta; mas boa parte da população possuía hortas privadas atrás de suas casas e praticava ocupações rurais dentro da cidade.” Essa atividade reforça a coexistência de múltiplas tarefas dos cidadãos, não evidenciando uma completa especialização do trabalho, além de evidenciar articulação e complementaridade entre cidade e campo.

Com o crescimento das trocas comerciais entre a Europa e porções da Ásia e África, teve início um processo de renascimento urbano (BRAUDEL, 1970) ou urbanização (LE GOFF, 1998), fenômeno lento e desigual entre os reinos e cidades-estados, que permitiu aos novos agentes sediados na cidade assumir o protagonismo econômico e político sobre as estruturas do feudalismo, mas que demandou tempo e esforços, principalmente dos mercadores. Esse agente assume a função de conectar espaços e dar novas dimensões a economia capitalista ao intensificar a circulação do capital-mercadoria (MARX, 2011). Segundo Le Goff (1998), a “desruralização” da urbe se completou no século XIX, porém, mantendo atividades agropecuárias em seu interior.

Braudel (1970), ao analisar as dinâmicas sociais urbana e rural entre os séculos XV e XVIII, evidenciou as mudanças no fato cultural e material,

entre as quais se constata a provisão alimentar como componente cultural diretamente vinculado às relações de trabalho ao longo do ano. Um equilíbrio entre natalidade e mortalidade prevaleceu por muitos séculos. Houve aumentos e reduções de população, inviabilizando, assim, seu crescimento constante. Guerras, epidemias e má alimentação causada por baixa produção, reduzidos estoques de grãos e dieta alimentar pouco variada se destacavam como fatores responsáveis pela mortalidade; duas más colheitas sucessivas, por exemplo, eram suficientes para elevar o número de mortes, principalmente entre as populações pobres, assim como os preços dos alimentos em determinados períodos (HUBERMAN, 1986).

A expansão do comércio marítimo e fluvial permitiu que algumas cidades na Europa se destacassem na vida comercial, com significativo crescimento da população urbana, motivado pela migração de camponeses, em busca de melhores possibilidades de trabalho que surgiam no âmbito comercial. Para esses migrantes, anteriormente sob domínio de uma classe feudal, o acesso a terra era restrito na maior parte dos reinos (HUBERMAN, 1986).

Na economia monetária em expansão, marco da formação do capitalismo (MARX, 2011), a posse de terras deixou de representar exclusivamente a centralidade do poder, e o dinheiro passou a mediar as relações comerciais. A terra se transfigurou em renda, os arrendamentos passaram a ser cobrados em dinheiro, e cada vez mais caros, incentivando e exigindo a comercialização dos alimentos. O rentismo e suas vinculações com a produção agrícola geram embates sociais entre proprietários fundiários, arrendatários e camponeses.

As formas de abastecimento urbano foram ampliadas e, conseqüentemente, parcela dos camponeses foi expulsa da terra num movimento de privilegiar os novos agentes produtivos que atrelavam sua produção aos mercados em expansão, tanto no âmbito local como fluxos de médio alcance. Houve a ampliação das escalas geográficas e a

complexificação nas relações entre os espaços; o desenvolvimento das forças produtivas gerou mudanças estruturais nos campos como nas cidades.

A velha organização feudal rompeu-se sob a pressão de forças econômicas que não podiam ser controladas. Em meados do século XV, na maior parte da Europa ocidental, os arrendamentos pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil, e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa. Nas áreas mais afastadas, longe das vias de comércio e da influência libertadora das cidades, a servidão perdurava. O trabalhador agrícola passou a ser algo mais do que um burro de carga (HUBERMAN, 1986, p. 51).

Em decorrência da restrita expressividade do fato urbano, notadamente de um mercado de consumo incipiente, a remuneração proveniente do trabalho, além da produção artesanal familiar para uso próprio, não garantia a sobrevivência dos artesãos de ofício, forçando-os, em determinados períodos do ano, a incluir a agricultura urbana ou de arrabaldes como alternativa para complementar a alimentação da família. Os migrantes recém-chegados, por sua vez, afetados de forma mais incisiva pelo desemprego por não terem qualificação para certas atividades urbanas, recorriam às práticas agropecuárias de pequena escala na cidade ou nas proximidades, como meio de sobrevivência (HUBERMAN, 1986; BRAUDEL, 1970).

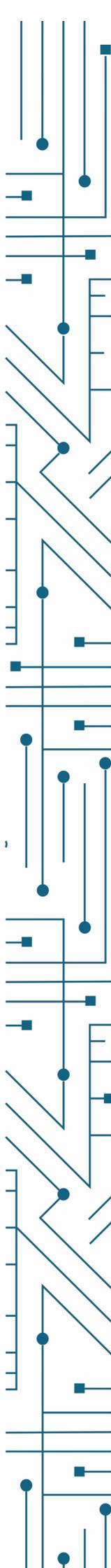
Se o camponês produzia quase todos os itens de que necessitava, desde alimentos a equipamentos, os habitantes de vilarejos e cidades, de certa forma, também precisavam produzir parte do que consumiam, devido, entre outras razões, à dificuldade dos meios de abastecimento periódicos e às limitações econômicas – seja na forma de pagamento em dinheiro, seja na troca por outros produtos, no caso de ser um artesão. Enquanto o camponês quase não demandava produtos da cidade, o cidadão tinha certa dificuldade em comprar os alimentos produzidos no campo, visto que o dinheiro tinha circulação restrita.

Na nova lógica econômica instaurada nas cidades com a expansão do comércio, fundamento do capitalismo na sua fase comercial, na proposição feita por Marx (2011), há complexificações entre as dimensões da produção e do consumo que corroboram na difusão de novas práticas econômicas e sociais, possibilitando distinguir a estrutura socioprodutiva anterior em relação a que está em expansão.

A compra e a venda passaram a ser mediadas pelo mercado e, para o cidadão, o ato de se alimentar passou a depender da posse de dinheiro. Como fração considerável da população, porém, não dispunha de recursos para adquirir os produtos no mercado, a produção agrícola doméstica ou urbana continuava sendo importante para a sobrevivência. Àqueles para quem isso não era possível, restavam a pobreza, a miséria e a mendicância, comuns, então, nas principais cidades europeias (HUBERMAN, 1986; THOMPSON, 1998).

A dieta alimentar de parcela da população urbana europeia com recorte temporal desde o início da Idade Média até parte do século XIX era constituída basicamente de pão, com a complementação de sopas preparadas com legumes, raramente acompanhadas de carnes. A escassez do trigo, decorrente de más colheitas quanto da retenção do produto por mecanismos de mercado, provocava a elevação do preço do cereal e aumentava significativamente a vulnerabilidade alimentar da população pobre. O desabastecimento ou a oferta precária eram sintomáticos nas principais cidades e nos campos, agravados nos períodos de guerras ou colheitas malsucedidas. O equilíbrio entre as necessidades alimentares e as possibilidades de produção era tênue (BRAUDEL, 1970; THOMPSON, 1998).

Mas por todo o lado, e não somente do século XV ao XVIII, cada progressão demográfica implica, para lá de um certo nível, um recurso acentuado às alimentações vegetais. Cereais ou carne, a alternativa depende do número de homens. É um dos grandes critérios da vida material (BRAUDEL, 1970, p. 84).



Agricultura praticada por cidadãos e o processo de urbanização: uma análise sobre o contexto europeu

Claudinei da Silva

Antonio Nivaldo Hespanhol

O crescimento demográfico não foi acompanhado proporcionalmente pela produção de alimentos, implicando diretamente na capacidade de alimentar maior contingente populacional. A incerteza quanto à alimentação diária, por escassez ou agravada pela inflação, demandava que parcela da população urbana mais pobre cultivasse alimentos como meio de amenizar a vulnerabilidade.

Segundo Thompson (1998), na Inglaterra do século XVIII, em face da dificuldade de acesso aos alimentos, notadamente por seus preços elevados ou péssima qualidade, a população urbana se mobilizou em protestos e resistência contra agentes intermediários e grandes produtores de cereais que, por meio de subterfúgios, controlavam a oferta e elevavam os preços, afetando diretamente a população mais pobre. A economia de mercado em expansão, com seus novos modelos expressos no controle ou monopólio da oferta pelos intermediários, contrapunha-se às lógicas de comércio praticadas nos mercados locais ou feiras semanais instituídas pelo costume de longa data, onde o agricultor comercializava diretamente aos consumidores.

O século XVIII representou uma fase de transição entre as relações sociais e produtivas baseadas em parte numa economia não monetária e fundamentada nas práticas instituídas pelos costumes, para, no final, contemplar as relações mediadas pelo dinheiro, que se metamorfoseia em capital nas mãos de comerciantes e grandes produtores. O capital-mercadoria, segundo Harvey (2013), deve ser continuamente convertido em capital monetário para manter o caráter como capital. Para isso, a circulação de mercadorias deve ser ampliada de forma constante.

O Estado-nação em consolidação passa a ser um dos mecanismos utilizados pela classe latifundiária e pela burguesia comercial para impor novas lógicas econômicas. Utilizam-se, então, o aparato repressivo das forças militares para conter revoltas e resistências populares que reivindicavam os direitos ligados aos costumes tradicionais, assim como

instrumentos políticos/econômicos que garantiam monopólios de rotas comerciais e exclusividade de comercialização para companhias.

A institucionalização da propriedade privada sobre as terras, tanto rurais quanto urbanas, reduziu o acesso a elas de parte considerável dos camponeses e cidadãos. A classe trabalhadora, sem propriedade ou meios de produção, teve restringida a capacidade de prover parte de sua alimentação e se converteu em mão de obra abundante e barata para a indústria capitalista em expansão ou compôs os fluxos internacionais de migrantes para as antigas colônias de povoamento.

Hoje não damos importância aos mecanismos extorsivos de uma economia de mercado não regulado, porque causam à maioria de nós apenas inconvenientes, simples incômodos. Não era o caso do século XVIII. Períodos de escassez eram realmente períodos de escassez. Os altos preços significavam barrigas inchadas e crianças doentes que tinham por alimento pão ordinário feito com farinha estragada (THOMPSON, 1998, p. 200).

No fim do século XVIII e início do XIX, novas possibilidades surgiram para reduzir as restrições no abastecimento alimentar urbano. Com a expansão da atividade industrial, o aumento da população nas cidades e a difusão de novos meios de transporte (com o motor a vapor na navegação e nas ferrovias), inicia-se uma nova fase na agricultura capitalizada e especializada para abastecer os principais centros consumidores na Europa.

Novos componentes estruturais na cidade e as consequências sobre a agricultura

A virada do século XVIII para o XIX produziu novas realidades espaciais na Europa, e seus rebatimentos nos demais continentes ocorreram em tempos e espaços muito diversos, permitindo estabelecer conexões entre os processos e suas consequências. A revolução industrial e seus desdobramentos no desenvolvimento dos meios de transporte

desencadearam profundas transformações sociais, econômicas e espaciais. Uma de suas principais marcas foi a acentuação na divisão técnica, social e territorial do trabalho, primeiramente na Inglaterra e, depois, em escala internacional, provocando o incremento dos fluxos migratórios do campo e das pequenas cidades para aquelas que estavam se industrializando.

Hobsbawm (2015) menciona em fins do século XVIII ocorreu maior mobilidade espacial, possibilitando que camponeses saíssem das amarras sociais que os prendiam as terras ou pequenas vilas, vinculadas aos resquícios das estruturas feudais europeias. O período registrou novas formas de exploração do trabalho por capitalistas, que passaram a impor a crianças, mulheres e homens longas jornadas de trabalho, intensificando as condições degradantes nas minas de carvão e de fábricas, com salários aviltantes.

A revolução nos transportes se estendeu num processo de longa duração, acepção enfatizada por Braudel (1970) da temporalidade nas transformações estruturais, decorrentes do aperfeiçoamento dos modais ou da invenção de novos meios que permitiram, do ponto de vista das trocas comerciais e dos seguros, a expansão dos volumes transportados, a redução nos custos dos fretes e maior rapidez na distribuição de produtos. Possibilitaram conjuntamente a melhoria na mobilidade das pessoas e dos fluxos de informações, a ampliação e produção de novos espaços e dos mecanismos para utilizá-los na reprodução do capital, assim como o “encurtamento das distâncias” devido ao aumento da velocidade, propiciando, nos longos trajetos, a redução do tempo de deslocamento das mercadorias e a movimentação acelerada do capital (HARVEY, 2005; HOBBSAWM, 2015).

A indústria do transporte se torna protagonista ao “vender a mudança de localização” como um eixo fundamental do capitalismo, conectando as áreas de produção e consumo. O aprimoramento no setor permitiu elevar o acúmulo de capitais, em decorrência da maior capacidade de conquistar

mercados novos e distantes, reduziu os custos de circulação como um todo, baixando o preço final para os consumidores (HARVEY, 2005).

Do ponto de vista da relação campo-cidade, novas conexões se estabeleceram no que concerne ao abastecimento alimentar urbano, com a interligação entre regiões que se especializaram na agropecuária em complementariedade às áreas industriais em expansão. Em diversos países europeus e em parte das antigas colônias de povoamento, a revolução agrícola moderna difundiu-se no século XIX, associada à revolução industrial, ocasionando o aperfeiçoamento e desenvolvimento de um conjunto de equipamentos e maquinários, essencial para elevar a produtividade do trabalho agrícola e aumentar os excedentes alimentícios (MAZOYER; ROUDART, 2010). No que tange à relação entre a agricultura e a revolução industrial na Inglaterra, Hobsbawm (2015, p. 63) afirma:

[...]A agricultura já estava preparada para levar a termo as três funções fundamentais em uma era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutados em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia.

A revolução agrícola teve dupla função: elevar os níveis de excedentes para atender as demandas do contingente demográfico urbano em crescimento e reduzir os salários na indústria ao fornecer alimentos a baixo preço. Essa nova lógica da agricultura capitalizada direcionada à geração de riquezas atuou no sentido de suprir um conjunto de alimentos de maior rentabilidade no mercado.

Os agentes intermediários tornaram-se peças-chave entre produtores e consumidores, criando ou aperfeiçoando mecanismos de sobrevalorização das mercadorias. No início, contrapunham os grandes proprietários fundiários e produtores de cereais aos capitalistas industriais, porque, para os primeiros, preços elevados permitiam extrair maior renda da terra, ao

passo que para os últimos, alimentos a preços baixos permitiam pagar salários reduzidos aos operários.

Com a industrialização, as cidades passaram por diversas transformações, em especial as relacionadas aos usos do solo, à densidade populacional, à divisão técnica e social do trabalho e à expansão do tecido urbano. As antigas muralhas perderam sua função e foram eliminadas. Como consequência, as formas de segregação socioespacial se intensificaram. A população pobre passou a residir nas áreas mais degradadas da cidade, pois as péssimas condições de trabalho e baixos salários não permitiam acesso à moradia decente. Outra parte tinha apenas a força de trabalho como meio de sobrevivência, perambulando pelas ruas como mendigos. Ao mesmo tempo, novos produtos fundiários/imobiliários situados nas áreas suburbanas das cidades passaram a ser oferecidos à população de alta renda, como residências unifamiliares, com imensas áreas verdes e quintais particulares (CAPEL, 2002; ENGELS, 2010). Para ilustrar essa realidade, Engels (2010) descreve a situação dos operários e de suas moradias insalubres na Inglaterra, berço da Revolução Industrial.

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostos de maneira irregular (ENGELS, 2010, p. 70).

Diante do aumento da população, os antigos espaços existentes entre os edifícios foram ocupados com a finalidade de disponibilizar moradias na cidade industrial, fomentando a atuação de agentes imobiliários que viam a oportunidade de se apropriarem dos poucos salários dos operários. Assim,

foram construídas habitações coletivas, que Engels (2010) chamou de “miseráveis refúgios”, nas quais residiam duas, três ou mais famílias, arranjo necessário para que pudessem pagar o aluguel ao proprietário rentista.

Na cidade contemporânea articulam-se as dinâmicas econômicas relativas à renda da terra urbana, ou seja, aumento dos preços que passa a ser um meio de reprodução e acumulação do capital imobiliário, e as implicações geográficas das novas estruturas espaciais, isto é, o tecido urbano é marcado pelos processos de exclusão socioespacial e implantação desigual de capitais fixos, a partir do viés das localizações (HARVEY, 2005).

No que concerne aos interesses fundiários, surgem novos agentes produtores do espaço urbano. A renda da terra urbana e suas vinculações socioespaciais são responsáveis por um conjunto de transformações no que concerne ao tecido urbano e as diversas morfologias. Desse modo, inicia-se o processo capitalista de transformação da cidade em produto, onde as residências construídas, em lugar da função exclusiva do habitar, são convertidas pelos proprietários em capital, instrumento de reprodução e ampliação econômica. Ao mesmo tempo, o rápido e intenso fluxo de trabalhadores em direção às principais cidades agravou a escassez de moradias (ENGELS, 2010). A morfologia urbana passou por mudanças intensas em decorrência das transformações no capitalismo, no qual o espaço urbano tornou-se receptáculo de capital fixo, com vista a reproduzir mais-valor (HARVEY, 2005).

Diversos capitais atuaram no estímulo à expansão urbana, de mercadores e financistas a proprietários de terras. Os espaços destinados a quintais ou pequenas hortas nas residências foram reduzidos ou desapareceram, em razão do objetivo de maximização da renda sobre o terreno ao elevar a densidade construtiva, tornando as casas insalubres pela falta de aeração (MUMFORD, 2008). Para ampliar a rentabilidade da terra, os lotes destinados à construção de residências nas cidades ficaram menores, reduzindo as áreas não edificadas, restringindo ou inviabilizando os cultivos

agrícolas para o autoabastecimento das famílias.

Nas cidades industriais, os novos operários e trabalhadores, envolvidos na dinâmica de maximização do lucro pelo capitalista, submetidos à exploração do trabalho em longas jornadas diárias, alojados em precárias e reduzidas habitações, não tiveram mais condições de participar da produção de sua alimentação, requerendo essa função de outros (THOMPSON, 1998; MUMFORD, 2008; ENGELS, 2010). Nesse contexto, os elementos agrários foram reduzidos de forma acentuada (LE GOFF, 1998; HOWARD, 2012). Os elementos agrários vinculam-se as atividades realizadas pelos cidadãos com vista a produzir gêneros agrícolas e criação de animais de pequeno e médio portes para o autoconsumo.

Os novos usos e conteúdos do espaço urbano, entre eles a perspectiva de comercializar terrenos nas cidades, deslocaram as atividades agrícolas para os arrabaldes, onde as disputas pelo uso do solo estavam em constante redefinição, motivadas pela busca de maior renda da terra.

As terras rural e urbana adquiriram nova dimensão, forjada, em parte, dentro dos mecanismos de mercantilização dos alimentos, em que o comércio internacional, atrelado às revoluções agrícola e dos transportes, fomentou novos espaços de produção para abastecer as principais cidades europeias. A economia de mercado pôde consolidar-se quando a força de trabalho e a terra puderam ser comercializadas. O capitalismo encontrou nos despossuídos dos meios de produção (terra e equipamentos) o mecanismo de ampliação do capital. Segundo Polanyi (2000, p. 97):

Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizava como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para a venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos torna-se o princípio organizador da sociedade.

Na escala internacional, coordenado pelas potências econômicas ao explorarem suas colônias ou ex-colônias (Era dos impérios) na concepção proposta por Hobsbawm (1988), tiveram acesso a terras abundantes e mão de obra barata, via escravidão ou trabalho forçado, o comércio de alimentos modificou hábitos alimentares ao introduzir novos vegetais e carnes na alimentação da população urbana. Dos vegetais, a batata passou a ser um componente importante, e a carne bovina (charque) oriunda da Argentina, outro (MUMFORD, 2008).

A ampliação das fontes de proteína animal e nutrientes vegetais possibilitou a diversificação da dieta alimentar e reduziu os constantes episódios de desabastecimento nas cidades europeias. O setor de alimentação se tornou um dos instrumentos da economia de mercado, e a fome ou a subnutrição crônicas nas cidades industriais europeias não decorreriam mais do desabastecimento, mas da pobreza de parcela da população. Nessa fase da história, a fome deixa de ser decorrência de uma catástrofe de origem natural, como até então havia ocorrido na maioria dos casos, e passa a ter viés econômico.

Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte. A isso chamam os operários ingleses de assassinato social e acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente (ENGELS, 2010, p. 69).

A maior expectativa de lucros forjou novas relações espaciais entre cidade e campo. Em função da difusão dos sistemas de transporte e do aumento da população urbana, agentes passaram a ter na comercialização dos alimentos um mecanismo de lucro, fomentado em parte por estratégias de modificação nos hábitos alimentares. Por outro lado, a transformação da terra em mercadoria restringiu o acesso de parcela da população aos meios

produtivos básicos, forçando-a a adquirir alimentos no mercado.

Contudo, a vulnerabilidade nos rendimentos do proletariado, que além de ganhar pouco, corria o risco constante do desemprego, obrigava-o, pelas condições sociais, a manter em suas residências precárias a criação de animais, como meio de suprir parte de sua alimentação. Homens e animais, numa forma de mutualismo, conviviam assim nos “miseráveis refúgios”, para manter a subsistência dos humanos. Os cultivos agrícolas urbanos, por necessitarem de áreas maiores, diminuíram sua participação na complementação alimentar da população de baixa renda.

Nos anos finais do século XIX ocorreu, pela primeira vez na história, o fenômeno da superprodução agrícola, que permitiu reduzir de forma considerável os preços internacionais dos cereais, fomentando melhoria na dieta alimentar da população urbana, notadamente nos países industrializados (MAZOYER; ROUDART, 2010). Tal fato, contudo, está diretamente associado às políticas neocoloniais ao fomentar os fluxos migratórios de europeus para as antigas colônias, como também ao explorar a mão de obra para a produção de alimentos a fim de abastecer as cidades europeias, que resultaram em diversos eventos catastróficos de fome nas colônias.

Segundo a conceitualização dos regimes alimentares proposta por McMichael (2014), ao analisar as estruturas e dinâmicas agrícolas em escala internacional, periodiza esta fase como sendo o primeiro regime alimentar (colonial-diaspórico), em que o comércio agrícola internacional foi coordenado pela Inglaterra. Os fluxos de alimentos deixaram de ser provenientes exclusivamente dos circuitos de proximidade ou do mesmo continente e ampliaram-se os de longa distância (intercontinentais), permitindo a introdução ou expansão de novos alimentos na dieta alimentar urbana, tais como cereais, carnes e frutas. A mercantilização da alimentação chegou a novos patamares e potencializou, via mecanismos de mercado, os episódios de fome, não mais devidos à escassez na oferta, mas por ser o

dinheiro o meio privilegiado para a aquisição de alimentos.

Considerações finais

O artigo demonstra que a agricultura urbana não é um fenômeno recente, pois desde a Antiguidade, o cultivo de alimentos era realizado no interior das cidades cercadas por muralhas, o que contribuiu para reforçar o entendimento de que campo e cidade sempre foram espaços indissociáveis. Até o século XVIII, a agricultura era uma componente das cidades em razão da restrita divisão técnica, social e territorial do trabalho, pois inexistia um mercado de abastecimento alimentar regular. Com a revolução industrial ocorreu a ampliação da divisão técnica, social e territorial do trabalho e os espaços das cidades foram transformados em produto pelos agentes imobiliários, objetivando maior renda da terra, provocando a diminuição dos espaços disponíveis para a prática da agricultura urbana, uma vez que outras atividades passaram a concorrer pelo uso do solo.

A revolução agrícola moderna, a expansão do comércio internacional, a sofisticação e barateamento dos meios de transporte propiciaram a ampliação e regularidade do abastecimento alimentar por meio do mercado. Conseqüentemente, a produção para autoconsumo pelos cidadãos foi drasticamente reduzida, passando o abastecimento a ser feito com a prevalência da atuação de intermediários profissionais.

No decorrer do texto analisamos alguns aspectos sociais e econômicos que tiveram influência sobre a morfologia urbana e que favoreceram ou dificultaram o cultivo de gêneros agrícolas nas cidades e seus arrabaldes. A intensificação das relações capitalistas de produção fez com que a terra fosse convertida em mercadoria, reduzindo as possibilidades dos cidadãos continuarem a produzir para autoconsumo no espaço urbano, tendo como consequência a drástica redução da prática agrícola nas cidades europeias.

Referências

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Silvia Mazza. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução: Maria Antonieta Magalhães Godinho. Tomo I. – Lisboa. Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones del Sebral, 2002.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones del Sebral, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe operária trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo: uma nova história da humanidade**. Tradução de Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução: Maga Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções (1789 – 1848)**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOWARD, Albert. **Um testamento agrícola**. Tradução: Eli Lino de Jesus. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução: Waltensir Dutra.

Agricultura praticada por cidadãos e o processo de urbanização: uma análise sobre o contexto europeu

Claudinei da Silva

Antonio Nivaldo Hespanhol

21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico a crise contemporânea. Tradução: Cláudia F. Falluh. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MCMICHAEL, Philip. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Reino Unido: Practical, 2014.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução: Neil R. da Silva. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução: é Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa que resultou neste artigo.

Agricultura praticada por cidadãos e o processo de urbanização: uma análise sobre o contexto europeu

Claudinei da Silva

Antonio Nivaldo Hespanhol

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuição dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Claudinei da Silva Pereira ficou especialmente responsável pelo levantamento e análise teórico-conceitual e parte da escrita. O segundo autor Antonio Nivaldo Hespanhol contribuiu na pesquisa bibliográfica, discussão dos autores, na análise conceitual e escrita de parte do artigo. Os dois autores foram responsáveis pela organização do texto.

Claudinei da Silva – Possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP. Docente no Ensino Médio e Tecnológico no Instituto Federal do Piauí, Campus Picos.

Antonio Nivaldo Hespanhol- Docente dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus Presidente Prudente. Bolsista produtividade em pesquisa, nível 2, do CNPq.

Data de recebimento: 05 de fevereiro de 2023

Aceite: 20 de novembro de 2023

Publicação: 29 de fevereiro de 2024